

Mulheres com enxadas e lápis na mão: histórias de professoras primárias no meio rural sergipano (1930-1950)

Rony Rei do Nascimento Silva¹, Ilka Miglio de Mesquita²

¹Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Programa de Pós-Graduação em Educação. Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Mirante. Marília - SP. Brasil. ²Universidade Tiradentes - UNIT.

Autor para correspondência/Author for correspondence: ronysocial@hotmail.com

RESUMO. O presente texto tem como objetivo compreender a história de vida de professoras aposentadas, tendo em vista o trabalho, a escola e a trajetória no magistério. Analisamos as narrativas de dezesseis professoras entrevistadas e consideramos que no início do século XX houve uma política de feminização do magistério e, conseqüentemente, o abandono das populações rurais, que permaneceram desassistidas, afastadas das melhorias educacionais, uma vez que os investimentos públicos concentraram-se no modelo de urbanização que emergia no país, naquele período. Contudo, as escolas no meio rural e as professoras desempenharam, neste aspecto, em que pese à precariedade de suas instalações e da formação de seus professores, importante papel na institucionalização do ensino primário em Sergipe.

Palavras-chave: História de Vida de Professoras, Feminização do Magistério, Sergipe.

Women with hoe and pencils in hand: stories of primary teachers in the rural scope *sergipano* (1930-1950)

ABSTRACT. The following text seeks to understand the life stories of retired school teachers, according to their work, school, and teaching experiences. In order to do so, we analyzed stories collected from sixteen previously-interviewed teachers, considering the early-twentieth century policy of feminization in this profession and, subsequently, the abandonment of the countryside populace, which in turn left them to their own devices, keeping them away from educational improvements, this being the product of heavy investment on the urbanization model going on in the country at the time. However, schools in the countryside and their teachers played, in this regard, and in spite of the precariousness of its facilities and of the overall training of its teachers, an important role in institutionalizing of Sergipe's primary school.

Keywords: Life Stories of Teachers, Feminization of Professor Ship, Sergipe.

Mujeres con azada y lápiz en la mano: historias de profesoras primarias en medio rural *sergipano* (1930-1950)

RESUMEN. El presente texto tiene como objetivo comprender la historia de vida de profesoras jubiladas, con miras al trabajo, la escuela y la trayectoria en el magisterio. Así, movilizamos las narrativas de dieciséis profesoras entrevistadas y, por fin, consideramos que en el inicio del siglo XX hubo una política de feminización del magisterio y, consecuentemente, lo abandono de las poblaciones rurales, que permanecieron sin ayuda, aparte de las mejorías educacionales, una vez que las inversiones públicos se concentraron en el modelo de urbanización que emergía en el país, en aquel periodo. Pero, las escuelas en medios rurales y las profesoras desempeñaron, en este aspecto, en que pese a la precariedad de sus instalaciones y de la formación de sus profesores, importante papel en la institucionalización de la enseñanza primaria en Sergipe.

Palabras clave: Historia de Vida de Profesoras, Feminización del Magisterio, Sergipe.

Introdução

O presente texto tem como objetivo compreender a história de vida de professoras aposentadas, tendo em vista o trabalho, a escola e a trajetória no magistério. Este texto origina-se na dissertação de mestrado *Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no estado de Sergipe*, apresentada, em 2016, ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED-Unit). É igualmente parte de projeto nacional de pesquisa liderado pela Prof.^a Dr.^a Rosa Fátima de Souza, intitulado *Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)*.

Tomamos como fonte os relatos orais de dezesseis professoras aposentadas, de oito regiões sergipanas. Chegamos até elas por intermédio do projeto de pesquisa *Memória oral da Educação Sergipana*. Para realizar as entrevistas, utilizamos a metodologia da História Oralⁱ, seguindo as experiências realizadas por Alberti (2012). Também tomamos como fontes o discurso do educador sergipano Nunes Mendonça, Mensagens de Governadores, letras de músicas, fotografias, entrevistas, entre outras. Operamos no sentido de analisar os

elementos prescritivo-normativos dos regulamentos educacionais que refletem aspectos da história de vida de professoras aposentadas. Para o delinear dessa narrativa histórica, perguntamos: Qual e como se constituiu o trabalho, a escola e a trajetória de professoras primárias rurais do estado de Sergipe?

Para responder a essa questão norteadora, este artigo está organizado em duas seções: a primeira, intitulada “... *filha mulher só aprende a escrever para o namorado*”: o trabalho, a escola e o feminino no meio rural sergipano, na qual delineamos o quadro social sergipano, a partir do trabalho e da escola primária rural marcados pelo descaso do Poder Público em relação ao “homem pobre rural”ⁱⁱ. Os instrumentos ultrapassados no trabalho agrícola; as condições impróprias de salubridade das moradias; o êxodo; a escassez de recursos médicos, sanitários e higiênicos; a carência de rodovias e estradas; os poucos meios de transporte e comunicação são elementos que colaboraram para o diminuto nível de produtividade no meio rural sergipano, como consequência do despreparo técnico dos trabalhadores rurais e abandono do campo no país.

Na segunda seção, intitulada “... *eu vivia com meu marido e era uma vida muito sofrida*”: a feminização do

magistério no meio rural sergipano, analisamos algumas experiências vividas pelas professoras quando alunas, experiências essas marcadas pelo abandono, machismo, isolamento e esquecimento dos Poderes Públicos. As iniciativas do Estado traduziam-se em ações que, de modo geral, não atenderam ao conjunto de necessidades do meio rural, pois, pelas narrativas, podemos conjecturar que no início do século XX houve abandono dessas populações rurais, que permaneceram desassistidas, afastadas das melhorias educacionais, pois efetivamente os investimentos públicos concentraram-se no modelo de urbanização que emergia no país, naquele período.

“... filha mulher só aprende a escrever para o namorado”: o trabalho, a escola e o feminino no meio rural sergipano

No recenseamento de 1950, Sergipe contava com 644.361 habitantes, dos quais “488.792 residiam no meio rural” (Mendonça, 1958, p. 21). A maior parte da população sergipana dedicava-se aos labores agropastoris, inclusive crianças em idade escolar, como conta Raimunda Alves dos Santos, de 83 anos, sobre suas experiências vividas no povoado São Domingos, município de Simão Dias, localizado no Centro-Sul sergipano: “Na nossa região, toda moça trabalhava de

enxada. Todo mundo ficava sapecado do sol, as moças botavam um chapéu na cabeça, aquela mangona comprida, e iam pra roça.” (Santos, 2012). A narrativa é complementada com a de outra professora, Raimunda Maria de Jesus, 83 anos. Em suas memórias de infância, ressurgiram o trabalho na roça, no povoado Maria Angola, município de Tobias Barreto, por volta de 1940:

... meu pai era lavrador, minha mãe também. Nasci em um lugar chamado Maria Angola, município de Tobias Barreto, mas Maria Angola é roça. Depois dos sete anos de idade, ia para roça trabalhar. ... Chegavam lá, eles [os pais] faziam uma continhaⁱⁱⁱ para a gente trabalhar. Naquele tempo era diferente. As brincadeiras era um cavador, uma foice para trabalhar na roça. A brincadeira era essa. Sete anos ia para roça, mas eu com sete anos fui para escola. Meus irmãos não foram de jeito nenhum. Não tem um que se salvou, não tem um. (Jesus, 2011).

Cavadores, enxadas e foices, eram esses os instrumentos usados pelas entrevistadas no cultivo da terra. As narrativas da infância de ambas descrevem um trabalho precário, com ausência de instrumentos e técnicas agrícolas, consideradas avançadas para a época. Segundo Mendonça (1958): “A enxada é ainda o instrumento de trabalho. Domina, o chamado sistema de meação do trabalho. Êste sistema de relações econômicas da produção enriquece o proprietário da terra

mantém em miséria o meeiro-plantador.” (Mendonça, 1958, p. 47). Vale ressaltar que as práticas de agricultura também se constituíam no âmbito familiar, como conta Maria Odete Vieira dos Santos, 83 anos, no povoado Sítios Novos, município de Canhoba, localizado no Médio Sertão sergipano, no final da década de 1930: “O meu pai era muito pobre, minha mãe ainda ajudava ele. Tomava conta dos filhinhos, ia numa roça catar um feijão.” (Santos, 2013). As práticas de agricultura para subsistência da família também foram lembradas pela professora Maria Alaíde de Meneses, 100 anos, no povoado Salgado, atualmente município de Ribeirópolis:

... eu nasci em um lugar chamado Salgado. Meu pai trabalhava na roça, mas às vezes ele caçava. Era para o nosso sustento. Ele matava os veados que iam para dentro da roça e comiam o algodão, comia as favas. ... Mamãe apenas tomava conta da casa, criava os filhos e fazia renda de almofada. Ela fez uma almofada para mim. Lá tinha um riacho salgado. No tempo de seca, a minha avó deixava o povo dar água aos gados lá. Dizem que as vacas bebiam a água e saíam fazendo careta, de tão salgada que era. (Meneses, 2013).

Os trabalhos com a renda, o corte e a costura pertenciam às mulheres. Tais atividades inspiraram o sergipano Antonio Alves de Souza^{iv}, vulgo “Volta Seca”, a compor a conhecida canção *Olê mulher rendeira, olê mulher renda*. As nossas entrevistadas, desde a mais tenra idade, já

se familiarizavam com o trabalho na roça: geralmente, as crianças primeiro conheciam foices e enxadas para depois serem apresentados ao lápis e ao papel. No entanto, este vínculo das crianças sergipanas com a terra constitui-se como matriz geradora de saberes, conhecimentos e práticas sociais. Assim, a ligação com a terra, para os sujeitos que vivem no meio rural, é constitutiva e constituinte de uma cultura própria do rural, por vezes marcada por privações materiais, culturais e sociais.

Essa realidade levou Mendonça (1958) a considerar que a vida do homem do campo era a mais primitiva, estreita e miserável, somada à miséria física, mental e social. Segundo ele, os sergipanos do meio rural: “... desconhecem as vantagens e benefícios da civilização, e estão entregues [*sic*] a sub-nutrição, os processos obsoletos e os instrumentos rudimentares de trabalho, as formas primitivas de relações econômicas da produção” (Mendonça, 1958, p. 61). Tal quadro social apresentado sobre Sergipe leva-nos a pensar o meio rural brasileiro. Segundo Peixoto e Andrade (2007), nos anos de 1940, o campo estava muito distante da vida na cidade, uma vez que as “... práticas de cultivo da terra, baseadas em técnicas rudimentares, estavam próximas do sistema pré-capitalista.” (Peixoto & Andrade, 2007, p. 117). As crianças e

mesmo seus pais não tinham na educação escolar uma referência “salvadora”, talvez por considerarem os saberes amealhados ao logo das próprias experiências vividas.

Por certo a escola rural foi concebida assim, no dizer de Souza e Ávila (2014a, p. 24): “Ora para instruir, civilizar, moralizar, higienizar e nacionalizar, ora como instrumento de modernização e fixação do homem no campo e, ainda, como elemento de estabilidade e segurança nacional.” A educação deveria ser capaz de modernizar o homem, de modo que transformasse o “Jeca Tatu”^v em um brasileiro trabalhador, saudável, disciplinado e produtivo, pois era preciso manter “... o homem do campo no campo, mas em condições de tornar o homem moderno, de modo a implantar a economia associada ao rural.” (Schelbauer, 2014, p. 79-80). Nesse sentido, a escola no meio rural foi projetada para ensinar não só a ler, escrever e contar, mas também hábitos de higiene e a valorização da vida no campo.

Mendonça (1958) e toda uma geração de educadores apostavam na escola como transformadora da estrutura mental e social da população rural. Em sua concepção, fazia-se necessário que o homem do meio rural abandonasse as técnicas obsoletas de cultivo da terra e incorporasse ao seu trabalho agrícola os conhecimentos científicos. Em 1955, no

estado de Sergipe, as massas rurais atingiam 69,5% do efetivo demográfico estadual. Nas palavras de Mendonça (1958), a agricultura se destacava pela plantação de algodão, orizicultura^{vi}, plantação de cana-de-açúcar, pecuária, pesca arcaica e riquezas do subsolo. Vale ressaltar a relativa industrialização, que se encontrava em fase embrionária. Sobre as atividades econômicas relacionadas ao cultivo da terra, narrou Maria Odete Vieira dos Santos: “A gente plantava batata, mandioca. Pai não era rico, tinham muitos filhos. Então, padre Lima, que era daqui, criou uma fábrica de descaroçar algodão, que aqui a lavoura era algodão.” (Santos, 2013).

Segundo Mendonça (1958), o sergipano do meio rural necessitava de uma reforma social e mental profunda, por intermédio da instrução, pois um dos motivos para o atraso econômico do estado era a “... ausência de escolas que proporcionassem, além de conhecimento sobre o ambiente, educação técnica e econômica para a conquista de novas e mais vantajosas formas de relações como meio geográfico.” (p. 29). Para tanto, fazia-se necessário uma escola que, “sem fugir [*sic*] as diretrizes gerais do ensino, sem prejuízo das finalidades essenciais da educação de base, indiferenciada, comum a todos, não perca de vista a necessidade da

vida rural e contribuía eficazmente para urbanizar o campo.” (p. 21).

A escola rural foi concebida como uma agência modernizadora do homem e do seu trabalho, e, mais do que isso, propunha-se a formar alunos e professores dentro de uma nova mentalidade. No entanto, parte da população rural sergipana descreditava a escola, como conta a professora Raimunda Maria de Jesus: “Meu pai é daqueles pessoal ignorante. Não quis botar na escola, porque dizia que na escola só dá preguiça, não podia ir para escola que dava preguiça.” (Jesus, 2011). De fato, um dos problemas é que havia preconceito da população rural em relação à escola, uma vez que a população entendia que a criança deveria passar rapidamente pela escola e, posteriormente, ir para a roça. Nesse sentido, os pais de algumas professoras alegaram que as filhas na escola aprenderiam a escrever cartas para os namorados:

... meu pai deixou os homens, porque diz que os homens eram pra aprender e as mulheres eram pra trabalhar, porque senão, ele dizia que era pra namorado. Esse povo ignorante, não é, meu filho? Daquela época. Aí ele não deixava todos estudar, mas mesmo assim, nós conseguimos através da nossa mãe. (Bispo, 2012).

Sobre o mesmo aspecto, narraram Maria Lita Silveira e Maria Dagmar Menezes:

... quando eu fui para a escola, madrinha Maurita [a professora] ela andava lá em casa. Aí ela chegou e disse: – ‘Por que não bota Lita para estudar?’ Aí meu pai disse assim: – ‘Não, porque filha mulher só aprende a escrever para o namorado’. Não tinha essa mania de dizer assim, esse pessoal antigo, do século passado? (Silveira, 2012).

... fiquei mocinha e pra estudar era um sofrimento. Meu pai nunca aceitava eu estudar, como não aceitava eu ser professora. Meu pai com ignorância coitado, ele dizia: – ‘uma professora tem intimidade com todo mundo, conversa com todo mundo... Não, uma professora não podia ser uma moça.’ Professora dava para a vida do mundo, mas mesmo assim, eu desobedei o meu pai, consegui o meu desejo de criança: ser professora. (Menezes, 2012).

No início do século XX, era comum que meninas do interior do estado de Sergipe quisessem frequentar a escola primária. No entanto, a ideia de que mulher deveria aprender a cuidar de uma casa, de seu marido e de seus filhos era parte da mentalidade da população, sobretudo a do meio rural. A mudança da mentalidade da população rural era o principal objetivo da escola. Segundo Mendonça (1958), as utensilagens mentais do homem rural sergipano valiam a roupa que vestia. Assim descreveu a indumentária do homem rural sergipano: “... O vestuário consiste em calças e camisa de pano grosseiro, alpargatas rústicas e chapéu de couro ou de palha entrançada.” (Mendonça, 1958, p.

61). O estado de pobreza e privação do sergipano se fazia sentir em seu vestuário, segundo a professora Helena Guilherme da Silva Santos: “Eu conheci uma ‘muier’, que a roupa dela tinha tanto remendo, tanto remendo, tanto remendo, que você não sabia qual era a cor do pano e, muitos viviam remendado e de pé descalço.” (Santos, 2013). Para além das roupas, a miséria do sergipano se mostrava pelo casebre que habitava. Mendonça (1958) fez uso da expressão de Monteiro Lobato “faz rir aos bichos de toca”^{vii} para descrever o tipo de habitação própria do meio rural sergipano. As construções típicas eram casas de taipa^{viii}, mantidas mais pela condição da pobreza do que como alternativa arquitetônica, expressavam uma intensa relação entre o homem rural e o ambiente que o cercava. Segundo Mendonça (1958, p. 59), nas áreas rurais,

... o ‘mobiliário cerebral’, recorrendo novamente a Lobato, ‘vale o do casebre em que habita’ ... o tipo predominante de habitação é a casa de taipa, de chão batido, coberta de palha de coqueiro, com janela e porta na frente, escura e pouco arejada, sem instalações sanitárias e desamparada das condições mínimas de habitabilidade e saúde. Nos subúrbios e nos meios rurais de outras zonas, predomina o mesmo tipo de casa, com a cobertura de telha.

A construção de um lar feito de terra amalgamada por água e sustentado por varas constituía-se em momento de solidariedade da comunidade rural. A professora Maria Luiza Barbosa da Silva descreveu o modo comunitário de construir casas de taipa no povoado Sebastião Marques, município de Poço Redondo, território do Alto Sertão sergipano:

... era casa de taipa, não tinha casa de alvenaria, de bloco, não. Era de taipa. Nessa época o povo gostava muito de fazer batalhão. Aí o povo juntava pra trabalhar junto, né? Aí o dono do trabalho fazia a comida e convidada o povo e o povo vinha pra trabalhar. Aí quando foi no dia de tapar a casa, comecei a fazer a tapagem com todo mundo. Bem assim, foi quando eu construí a minha casa. (Silva, 2011).

Não podemos entender as histórias de vida de professoras aposentadas divorciadas dessas interações sociais e culturais que constituíam a escola primária rural. Por certo, a escola também é a expressão das condições materiais e intelectuais de cada tempo e lugar. Segundo Schelbauer e Gonçalves Neto (2013), o trabalho sobre as escolas primárias rurais diz respeito ao conhecimento da relação entre as instituições educativas e os contextos geográfico e sociocultural que as envolvem a região, a comunidade e o público-alvo. A Figura 1 retrata o lado externo da casa de

taipa^{ix}, e nos dá a ver uma família composta por dez membros.

Figura 1 – Acrísio Cruz com uma família da zona rural sergipana (1950).



Fonte: Acervo fotográfico do historiador Luiz Antônio Barreto.

Eis a fotografia de uma família no meio rural sergipano! Parece ter sido eleita por Acrísio Cruz^x para retratar a configuração familiar do interior do estado, marcado pela pobreza e privação do sergipano. Os membros da família transpareceram um ar de apreensão e desajustamento gerado pela presença de estranhos: a máquina e o fotógrafo; ao contrário de Acrísio Cruz que, no canto direito, deixou transparecer um ar de confiança e tranquilidade. O semblante abatido do homem pode nos revelar seu cotidiano no trabalho da roça; sua companheira cercada por oito filhos nos indica o papel social da mulher na família e a inexistência de iniciativas

governamentais relativas a controle de natalidade, pois o efeito “escadinha de meninos” revela o curto intervalo entre as gestações.

De acordo com Rezende (2014), a vida no meio rural sergipano não se restringia apenas à miséria, pois se mesclava com alegrias, uma vez que também dançavam e se congratulavam em festividades. As festas prediletas, em sua maioria as religiosas, e os forrós que ocorriam com mais intensidade no período do mês de julho, em louvor às colheitas. Assim narrou a professora Elienalda Sousa Reis: “Comemorava o São João lá em casa, acendia a fogueira, todas as casas. Aí a gente comemorava as plantações depois da

chuva.” (Reis, 2011). Nesse período, consumiam os alimentos provenientes do milho, como a canjica, a pamonha, o munguzá e o cuscutz de milho verde, além do milho cozido e assado. As fogueiras, retribuição a um desejo ou a uma graça, espalhadas nos terreiros das fazendas, tinham um caráter religioso, pois eram acesas nos dias dedicados a Santo Antônio, a São João e a São Pedro e, por isso, as famílias se reuniam para celebrar a colheita em volta da fogueira, enquanto assavam milho, contavam histórias e soltavam foguetes. (Rezende, 2014). A professora Maria José de Carvalho Eleotério também rememorou as festas na roça:

... a gente não vive somente de tristeza. A festa que eu fazia era o *Baile Pastoril*, o *Reisado*. O *Baile Pastoril* é o nascimento de nosso Senhor. A gente tinha que botar as personagens, as pastoras, os três Reis Magos. Tinha que botar uma pessoa com o menino no braço para encenar o ato. No braço que era para mostrar que era Nossa Senhora e fazer a lapinha. O *Baile Pastoril* eu tinha prática de fazer. E assim organizava uma festinha muito bonita toda vida. (Eleotério, 2013).

As festividades mostram as expressões culturais de um povo, bem como seus modos de perceber e lidar com o transcendente, seu passado, sua identidade, seu povo. As narrativas trazidas por nossas entrevistadas atravessam um determinado tipo de sociedade, quadros

sociais, políticos, econômicos e culturais. Na percepção de Bosi (1995), é no estudo da memória dos velhos que podemos verificar uma história social diferenciada daquela vigente, pois eles organizam sua narrativa seguindo um ordenamento próprio a partir de suas experiências vividas, o que faz aflorar fatos, nomes, datas, que podem não estar no ordenamento histórico oficial. Deste modo, a professora Raimunda Alves dos Santos, ao narrar suas experiências vividas no povoado São Domingos, município de Simão Dias, localizado no Centro-Sul sergipano, remonta o quadro social de um tempo e lugar:

... da escola eu não gostava, mas de cantar... Cantava novenas nas roças. No inverno eu ia, a lama dando aqui [aponta para o joelho]. As novenas de Bom Jesus da Lapa no mês de agosto. Teve uma vez que eu fui pela beira do velado. Pegava nas palhas de macambira, me segurava assim pra não pisar na lama. Aí, escorreguei, quando escorreguei, pisei na lama que o sapato ficou. Quando chegou no rio eu lavei meus pés e calcei meus sapatos. O rio não tinha ponte. Botava uma pedra doida assim, quando você pisava, ela rolava. Uma vez eu vinha, arremataram um pão assim e me deram. Eu com aquele pão no maior gosto do mundo. Aí, quando eu cheguei que pisei na pedra que a pedra rolou eu caí dentro do rio assim. O pão a água carregou. (Santos, 2012).

A narrativa da professora nos faz pensar sobre as condições das estradas no

meio rural sergipano. A lama que se formava nas estradas de chão de terra batida dificultava a locomoção das pessoas. Vale ressaltar que os principais meios de transporte no meio rural eram os cavalos, os burros e os carros de boi^{xi}. “Mais de quatro mil dêsses veículos primitivos gemem nas estradas carroçáveis do interior sergipense...”, segundo Mendonça (1958, p. 37) Por sua vez, o cavalo e o burro eram igualmente empregados para o transporte de pessoas. Sobre tal aspecto, recordou a professora Maria Lima Santos Aragão: “Eu trabalhava na roça também. E tinha os filhos, de manhã eu saía daqui, colocava... Tinha um animal, colocava os caçoares, uma do lado, outro de outro na garupa levava lá na casa de minha mãe.” (Aragão, 2012):

Aqui estas multiplicidades de memórias se somam para contar a história de vida de mulheres professoras e suas experiências na escola primária rural em Sergipe. Maria Lurdes Barreto, 77 anos, narrou suas memórias de quando era aluna no povoado Maniçoba, atualmente município de Nossa Senhora de Aparecida, localizado no Agreste Central sergipano:

... não tinha escola por perto. Ninguém estudava, que não tinha escola. Eu e minha irmã mais nova, quando a gente cresceu um pouquinho, de oito para nove anos, a gente ia para a escola no povoado Tanque Novo Saía de casa de manhã, voltava meio-dia. Sol quente,

chovendo, do jeito que fosse a gente ia. Levava um caderninho, um lápis, uma borracha. Levava qualquer coisa para comer quando viesse, para não morrer de fome, não cair na estrada. Não era só para mim, era para todos. Assim a gente aprendeu as primeiras letras, depois o bê-á-bá, depois a cartilha. ... Nesse tempo, as escolas eram pagas, não tinham escolas. (Barreto, 2013).

Ao “ouvir contar” estas narrativas, nos deparamos com um quadro social de privação, em decorrência da restrição alimentar. “É precário o nível de vida do sergipano. A grande maioria da população vive em situação infra-humana. Domina, no Estado, o nível de pobreza. Situação na área da fome endêmica...”, segundo Mendonça (1958, p. 58). A situação apresentada era de uma população que padecia de inferioridades e desequilíbrios fisiológicos, em decorrência da fome crônica. Ainda segundo o autor, a maioria dos sergipanos vivia com o estômago semivazio ou falsamente cheio. A subnutrição ou mesmo a miséria absoluta atravessou a trajetória de vida de muitos professores entrevistados.

No vai e vem da memória encontramos evidências de uma sociedade que vivia em um contexto de privações e precariedade, não só pela ausência de escolas, mas pelo domínio político, econômico e social precário. Mesmo em tempos em que o Brasil era considerado um país eminentemente agrícola e seu

maior contingente populacional residiam no meio rural, o número de escolas não correspondia ao número da população em idade escolar. A professora Rosalina Venceslau dos Santos também falou sobre a escassez de escolas no povoado Tapera, município de Macambira, localizado no Agreste Central sergipano, no final da década de 1930: “Em Tapera, não tinha escola, naquele tempo não tinha escola por perto, nem transporte para levar a gente. Eu vinha pra Macambira andando, andando, meu filho!” (Santos, 2013). Tais narrativas nos fazem refletir e interrogar sobre as políticas educacionais que se destinavam à escola primária rural.

Outro aspecto trazido pelas narrativas das professoras foi a dupla jornada dos alunos – trabalhar e estudar –, de acordo com a mentalidade dos pais em relação à permanência dos filhos na escola. A professora Maria Lima Santos Aragão evocou, em suas memórias, que alternavam entre o trabalhar na roça e o cotidiano escolar, quando aluna na escola isolada no povoado Várzea Nova, município de Gararu, localizado no Alto Sertão sergipano: “Na terceira série, pai dizia assim: – ‘olhe, eu não tenho filho pra ser professor nem professora. Então agora já chegou a fase de vocês nos ajudar com o trabalho da roça’”. E continuou: “Aí, ‘nós ficava’ trabalhando, plantando, fazendo as

plantações. Trabalhava, colhia algodão e tudo. Então, saímos da escola para trabalhar na roça.” (Aragão, 2012).

As memórias escolares da professora Maria Lima apontam para as condições do sistema escolar nas zonas mais afastadas do país, caracterizadas pelo alto índice de alunos evadidos, em decorrência do trabalho na roça. Sabemos que a difusão do ensino primário nas zonas rurais enfrentou diversos problemas de natureza pedagógica e administrativa, dentre eles a baixa frequência dos alunos em tempos de plantio. Desse modo, colocava-se um desafio para o Estado brasileiro, que deveria fazer expandir a escola primária rural em um contexto marcado pela “... precariedade dos locais de funcionamento das escolas, a baixa frequência dos alunos e o abandono escolar, devido ao trabalho nas lavouras.” (Souza & Ávila, 2014b, p. 11). Outra dificuldade apontada nas narrativas era a falta de provimento de professores para as escolas criadas. Parafraseando Berger (2011), até então as escolas rurais constituíam-se de espaços cedidos pelos grandes proprietários de terra e encontravam-se em completa condição de abandono, além de estarem sujeitas aos desmandos da política dos coronéis. A professora Raimunda Alves dos Santos, 83 anos, testemunhou tais aspectos no povoado São Domingos, município de

Simão Dias, localizado no Centro-Sul sergipano:

... a gente ficava sem ir para a escola no tempo do plantio e quando Lampião^{xii} andava neste mundo, sabe? E nós corremos muito e se escondemos no mato. ... A escola era assim... Era uma casa que meu avô fazendeiro fez pra ensinar os netos e os vizinhos. Era muita criança. Tinha uns cinquenta. Não tinha professora formada, era uma irmã de meu avô, Ana Alves da Conceição. Ela ensinou, como se diz... particular. Naquele tempo não existia não, meu filho! A tarefa era saber ler e, sabendo fazer conta, ‘tava’ bom! (Santos, 2012).

A narrativa trazida por Raimunda nos levou a fazer a reflexão sobre as iniciativas dos fazendeiros que, muitas vezes, assumiam as despesas com as edificações das escolas e/ou liberação de espaço físico nas construções já instaladas em sua propriedade. Responsabilizavam-se, também, pela oferta de alojamento para os professores e demais recursos necessários não assumidos pelo Estado (Lima, 2013). O testemunho de Raimunda é revelador das formas de contratação dos professores numa época em que, à revelia do concurso público^{xiii}, se ocupavam os cargos.

“... eu vivia com meu marido e era uma vida muito sofrida”: a feminização do magistério no meio rural sergipano

As professoras primárias eram escolhidas por prefeitos, vereadores, fazendeiros e por outras figuras que detinham poder localmente. A professora Maria Lurdes Barreto narrou suas memórias sobre a contratação de sua primeira professora no povoado Maniçoba, atualmente município de Nossa Senhora de Aparecida, localizado no Agreste Central sergipano:

Esse fazendeiro do Tanque Novo, ele arranjava professores de fora. Botava lá para ensinar para aquele povo, ensinar o que sabia. Não tinha ninguém formado, não tinha nada disso. Era na base... ‘Na terra de cego quem tem olho é rei’. (Barreto, 2013).

Sobre este mesmo aspecto, recordou a professora Maria Lima Santos Aragão:

Aqui tinha uma professora, dona ‘Erozina’. Depois ela foi embora, o povo ficou sem professora pra todo esse pessoal dessa região colocar os filhos. Aí, seu ‘Zé’ [fazendeiro] foi e arranjou as primeiras professoras que foram da cidade: Cassilda, depois veio uma Janice. Eu já estudei com elas. Elas não se acostumavam em morar na roça. Aí depois ele arranjou uma professora, Maria da Conceição Souza Pinto, que foi a minha terceira professora em Várzea Nova. Nós temos muito que agradecer e rezar pela alma dela, pois ela dava conta de todos os anos em uma sala só. (Aragão, 2012).

Outra dificuldade para o trabalho dos professores, comprometendo o rendimento do ensino que ministravam, residia na

existência de turmas multisseriadas^{xiv}. Também denominadas classes unidocentes e/ou multigraduadas, esse amálgama de alunos de níveis distintos em uma única sala de aula foi um aspecto marcante no ensino rural sergipano. Tal memória não se restringiu apenas ao depoimento da professora Maria Lima, pois a professora Maria José Santos Freitas, 80 anos, ao recordar suas memórias de aluna na escola particular, no povoado São Mateus, município de Telha, localizado no Baixo São Francisco, também se reportou à turma multisseriada: “A professora Antônia não tinha título de professora. Era assim uma pessoa que sabia um pouquinho e esse pouquinho passava pra quem não sabia nada. Todas as criancinhas em uma sala só.” (Freitas, 2012). Possivelmente, a professora Antônia teria se apropriado dos rudimentos da leitura, escrita e cálculo, e era considerada, naquele tempo e lugar, uma pessoa de notório saber, mesmo não tendo formação pela Escola Normal Rui Barbosa^{xv}, localizada na capital sergipana. Outra narrativa que nos ajuda a compreender melhor tais aspectos é a da professora Maria Odete Vieira dos Santos, 83 anos, quando testemunhou sobre as condições de trabalho da sua primeira professora, “Laudiceia”, no povoado Sítios Novos, município de Canhoba, localizado

no Médio Sertão sergipano, no final da década de 1930:

... nessa época, era uma professora daqui chamada Laudiceia. Ela se hospedava na minha casa. Era amicíssima de minha mãe e de meu pai ... só era essa escola que tinha no povoado. O nome da escola era Isolada, nesse tempo ninguém era formado aqui. Naquele tempo não preparava aula não meu ‘fio’, no tempo que eu estudei. Eram os livros, porque os livros vinham com respostas ... [A escola] era um salão grande. Na dita escola tinha cozinha, tinha tudo. E ela fazia comida pra ela comer em casa, agora dormia na casa de meu pai, que elas tinham medo de dormir na escola só ... Elas [as professoras] iam daqui da cidade, chegavam no interior e tinham medo de dormir só na casa. Aí, a casa de meu pai tinha cinco quartos, aí papai ia e dava um quarto pra elas, pra elas dormirem ... Quando tinha um milho verde papai dava. Elas eram tratadas como uma princesa lá no interior. Uma professora no interior tinha um valor, hoje é que tá uma coisa séria, mas eu acho que ainda tem muito respeito. (Santos, 2013).

As memórias evocadas pelas professoras Maria José e Maria Odete nos dão a ver as condições de trabalho das professoras no meio rural. Muitas vezes, trabalham completamente sozinhas, em localidades isoladas. Além disso, há de se considerar a precariedade da sua formação pedagógica e a distância entre a escola e o Departamento de Educação, que se localizava nos perímetros urbanos. Almeida (2001), em sua dissertação intitulada *Vozes esquecidas em horizontes*

rurais: histórias de professores, quando estudou as professoras primárias no Rio Grande do Sul, pensou “... em ‘vozes esquecidas’, esquecidas no passado, talvez esquecidas no presente.” (p. 230). Em seu estudo, identificou que não é ao acaso que muitas professoras, ao evocarem suas memórias, referem-se à solidão e à renúncia que as acompanhavam em seus trabalhos nas escolas localizadas nos meios rurais. Em decorrência das condições de transporte, as professoras alojavam-se na própria escola ou em casas das pessoas da comunidade. É possível que o estreitamento de laços com a comunidade fosse reforçado, justamente considerando a solidão em que viviam, como foi o caso da professora Laudiceia e outras da sua época.

Não obstante essas condições adversas, Moraes (2014) nos alerta que devemos considerar a identidade cultural do professor rural. Isso porque havia a possibilidade de, dependendo das condições, o professor estar privado do ambiente cultural ao qual pertencia e, conseqüentemente, ser levado a viver em um ambiente cultural com o qual não tinha identidade, quando não tinha aversão. O professor deveria começar sua carreira pela escola isolada rural, considerada como um estágio inicial da carreira docente. Só depois de cumprido um determinado período, poderia ser ele removido para uma

escola urbana. No estado de Sergipe, o governador Eronides Ferreira de Carvalho, em mensagem datada em 1936, denunciou tal situação:

As primeiras nomeações são para povoados, sendo as segundas, por promoções sucessivas, para as villas, cidades e Capital. Os povoados, na sua maioria, ficam em logares onde a vida social é cheia as asperezas, onde o conforto é cousa desconhecida e onde, por vezes, não faltam os pavores e perigos do banditismo ... Se no interior o padrão de vida é menos elevado no que se refere aos gastos da alimentação, acontece, por outro lado, que tudo o mais conspira contra a educadora neophyta que se descola para Capital, para desempenhar a missão melindrosa de desbravar para as conquistas das letras as intellingencias em méro desabrochamento. Não se explica diante da logica o facto de uma professora de povoado, por vezes preterida no seu direito ás promoções e prestando serviço identico ao que presta uma da Capital, tenha vencimentos tão inferiores aos desta. Em consequencia desse systema que se me afigura errôneo, vem o peditório de remoções em que só há vantagens para a professora e males para o ensino. Urge a procura de um meio capaz de remover os males que abatem os estímulos dignos de fortalecimento e geram o desapareço á carreira do magisterio. (Sergipe, 1936, p. 40).

As nomeações a que se referiu o governador Eronides Ferreira de Carvalho dizem respeito à “lei dos acessos”^{xvi}, de acordo com a qual a professora deveria iniciar sua atuação no interior do estado.

Com base na pesquisa realizada por Freitas (2003), que analisou a trajetória de ex-normalistas no período de 1920 a 1950, na Escola Normal Rui Barbosa em Aracaju, depois de formada, a normalista deveria seguir: “Primeiramente em uma escola de primeira entrância, situada em um povoado. Passaria depois a lecionar em uma vila considerada segunda entrância. Em seguida, para a terceira entrância, em uma escola situada na cidade. Após sucessivas promoções, poderia lecionar na capital.” (Freitas, 2003, p. 148-149). Ainda segundo essa autora, muitas eram as dificuldades para se conseguir a fixação dos professores formados no interior. Além da distância da família e dos baixos salários, alguns depoimentos evidenciavam o medo de Lampião. Vale ressaltar que algumas famílias não permitiam que as filhas deixassem a cidade e fossem sozinhas para o interior do estado de Sergipe, sobretudo professoras pertencentes às camadas mais elevadas da sociedade.

As dificuldades para realizar o curso normal rural, bem como os cursos intensivos de treinamento, davam-se pelo fato de se tratarem de professoras com baixo poder aquisitivo e, em sua grande maioria, de mulheres casadas e provedoras de suas próprias famílias, fato que dificultava o deslocamento para os locais onde eram ministrados os cursos. A presença da mulher no magistério primário rural é predominante em relação a professores. A presença feminina na zona rural é justificada porque a profissão de professor era considerada mais leve, daí o fato de este trabalho ser assumido, na maioria das vezes, por mulheres. “Ser professora é o único trabalho existente no campo que não exige a ‘força bruta’, característica do trabalho rural ...”, de acordo com Rodrigues (1999, p. 58). As figuras 2 e 3, abaixo, mostram a proeminência da figura feminina no magistério primário rural:

Figura 2 – Professoras rurais em curso de treinamento realizado em 1950. Ao centro Acrísio Cruz e José Rollemberg Leite.



Fonte: Sergipe. Relatório do Curso de formação de professores rurais (1950).

Figura 3 – Acrísio Cruz (no centro) com estudantes e professora de uma escola rural, portando enxadas para os trabalhos nas hortas (1950).



Fonte: Acervo fotográfico do historiador Luiz Antônio Barreto.

A feminização do magistério primário rural não foi um fenômeno que se deu especificamente em Sergipe, pois é recorrente em quase todo território nacional, devido aos baixos salários pagos a um professor do Ensino Primário. Conforme Souza (1998), a substituição do sexo masculino, na educação primária, pelo feminino foi decorrente de um processo que se iniciou no século XIX. Desde aquele momento, a atuação da mulher no campo educacional ganhava protagonismo. Elas finalmente encontraram um ofício que a “sociedade patriarcal” consentia, uma vez que o ensino primário tratava da educação elementar das crianças, e as mulheres teriam, pretensamente, mais paciência e afabilidade com elas, devido à natureza materna. Mesmo as educadoras recebendo salário irrisório, era uma oportunidade para a mulher despontar no mercado de trabalho, mostrando suas competências. Reforça esta análise Souza (1998, p. 51), quando afirma:

A utilização do trabalho feminino no campo da educação vinha ganhando força em toda parte no final do século XIX, tendo em vista a necessidade de conciliar o recrutamento de um grande número de profissionais, para atender à difusão da educação popular, mantendo-se salários pouco atrativos para os homens. Em compensação, viria a se constituir num dos primeiros campos profissionais ‘respeitáveis’ abertos à

atividade feminina para os padrões da época. (Souza, 1998, p. 51).

O papel social da mulher abnegada atravessou as narrativas das professoras entrevistadas. A professora Raimunda Alves dos Santos contou sobre tal aspecto: “Eu era muito apegada à minha mãe e aos alunos. A minha vocação era ficar com a minha mãe. Eu nunca quis casar, marido de professora já tinha uma fama de encostado.” (Santos, 2012). A narrativa da professora nos faz pensar sobre a figura do “Quincas”^{xvii}, o típico marido da professora que não trabalhava e vivia à custa dela. É preciso levar em consideração que as professoras possuíam um salário fixo, embora baixo, se comparado ao do homem, moradia gratuita e um relativo prestígio social, entre outros benefícios, talvez por isso atraindo a figura do “Quincas”. A professora Maria Odete Vieira dos Santos narrou com detalhes:

... olhe, quando eu lhe disse que eu comecei a ensinar em minha casa, eu vivia com meu marido e era uma vida muito sofrida. Ele foi muito ruim comigo, mas eu entrego ele a Deus todos os dias em minhas orações, porque talvez se ele num fosse tão ruim comigo, eu não tivesse me apegado mais a Deus, como eu me apeguei. Então, eu ensinava a meus alunos e quando eles chegavam de sexta eu rezava o terço. Teve uma vez, que ele vivia das minhas custas. Então, teve uma vez que ele estava em casa, estava no quarto deitado e eu estava ensinando, que a escola era dentro de casa. Arrodeei os meninos

ao redor de mim e fomos rezar. E os bichinhos tão inocentes. Minha lágrima descendo, porque eu sabia que quando os meninos fossem embora ele vinha brigar e eu não brigava. (Santos, 2013).

A narrativa da professora Maria Odete Vieira dos Santos mostra a relação entre a sua vida privada e a pública, uma vez que as tramas entre a vida conjugal e professoral se misturavam no cotidiano da casa-escola. O fato de as professoras morarem e atuarem no mesmo local também nos leva a pensar sobre as condições de trabalho. Além das tarefas inerentes à docência, tais como a preparação das aulas, o ensino e o controle da disciplina dos alunos, segundo Lima e Assis (2013, p. 315), o docente, no meio rural, “... era responsável pela limpeza da escola, pelas escriturações escolares e, em alguns momentos, pela confecção do lanche e outras atividades extraescolares”. Raimunda Alves dos Santos narrou como era a feitura da merenda escolar na escola rural Cruzeiro, localizada no município de Poço Verde, Centro-Sul sergipano:

... eu fazia a merenda. Mandava assim, arroz, mandavam coisa assim de leite. Fazer arroz de leite. Não tinha Servente. A merendeira era eu mesmo. A servente eu mesmo, ou então minhas sobrinhas que varria, não tinha nada não. Água, nem água. Tinha buscar água no tanque pra os meninos beber. Sofri. (Santos, 2012).

A professora Raimunda, além do magistério, desempenhava outras funções, como merendeira, zeladora, porteira, dentre outras. Tais funções foram apontadas também por Maria Luiza Barbosa da Silva, quando foi professora da Escola Rural Sebastião Marques, município de Poço Redondo, Alto Sertão sergipano: “... depois que chegou a merenda escolar, a gente tinha que fazer a gente mesmo.” (Silva, 2011). Desse modo, podemos observar que o lugar ocupado pelas professoras em suas escolas conferia a elas representatividade local, pois eram sujeitos polivalentes, cujas atividades variavam entre as práticas professorais e tantas outras atribuições. Sobre o cardápio escolar típico do lugar, narrou a professora Josefina Sotero Santos Teles: “Na escola rural a professora ela mesma fazia a merenda. Quando não tinha, eles levavam a merenda de casa, bolachão, batata cozida, o que tivesse que a mãe colocasse na sacolinha.” (Teles, 2013). As narrativas das professoras mais uma vez nos levam a pensar sobre as condições de trabalho na escola primária rural, em Sergipe. A professora Maria Lita Silveira descreveu as condições de trabalho no meio rural:

... era casa de taipa de vara de barro. Eu comecei a dar aula não tinha energia. Tinha que comprar candeia, chama candeia né, para botar o pavio de algodão e querosene. Eu dava aula o dia todo e dava à noite. Dava aula

aos adultos. Foi assim que eu comecei a trabalhar. Aí vinha a cavalo, passar o rio cheio, teve uma enchente, uma vez mesmo que o cavalo deu um passo me levou com cavalo e tudo. Eu só saí porque Deus não quis que eu morresse nesse dia. Quase que eu morro. (Silveira, 2012).

De acordo com as depoentes, no período em que iniciaram o magistério, era muito difícil designar professores para a zona rural, primeiro, por causa das condições precárias de trabalho existentes naquele meio e, depois, pelos baixos salários que lhes eram oferecidos. Contudo, elas mencionaram que a comunidade tinha respeito e grande consideração pelo docente, mesmo sendo, em sua maioria, professoras leigas, com apenas o 4º ano primário concluído. A professora Etemízia Ramos Batista de Andrade mencionou a receptividade da comunidade rural Pita, município de São Cristóvão, região da Grande Aracaju:

... era um povo maravilhoso, um povo ordeiro, um povo amigo. Eles diziam: 'A senhora aqui é a presidente do lugar. Uma ordem da senhora vele tudo.' Morei na escola com minha mãe ... Os alunos choraram quando eu saí, choraram muito, eu também chorei. Pela noite eles chegavam lá, aquele pessoal com cachimbo na boca. Os tabaréus, eles diziam: 'Vamos fazer companhia para professora que ela está sozinha com a mãe'. Chegavam lá, contavam histórias de trancoso para distrair. Recebia muito presente. Eu não comprava nada de verdura. Na Pita, o povo plantava muito, era tomate,

cebola, alface, ovos. Pela manhã, o povo me levava um prato de mingau. (Andrade, 2013).

A professora Josefa de Andrade Fontes também se referiu ao respeito e à receptividade da comunidade rural no povoado Botequim, município de Santa Luzia Itanhy, Centro-Sul sergipano:

... lá era um lugar de cachaceiro, nenhum tocava em mim. Na minha escola nunca nenhum chegou perto, porque eles respeitavam. Eu ia para escola rural, eles me davam cavalo. Eu me acostumei muito com as minhas alunas, uma dormia comigo de noite. Eu não tinha medo, o pessoal era bom comigo. (Fontes, 2015).

A professora Maria José de Carvalho Eleotério também ressaltou esse mesmo aspecto:

... eu deixava os meus filhos e ia receber o dinheiro, quando chegava em casa, sem nenhum tostão, que não tinha verba. Passei assim dois anos. Não recebia um centavo. Aí me deram um conselho para cobrar dos pais. Aí eu disse: 'Olhe eu não quero cobrar, porque seis, oito, quinze, pode, têm a possibilidade de pagar e os outros que não tiverem?' Então, é quando eu for cobrar de um, vou ter que cobrar de todos e eu não quero inimizade. É melhor eu ensinar de graça e vocês fazem o que bem achar de acordo. Oxente! não me faltava farinha, não me faltava feijão. Levavam o que tinham. Era peixe por toda parte, era camarão, era siri, era feijão. Eu quando trazia para cá dava a uma amiga que tinha uma moreninha. Era macaxeira, era inhame. Não me faltava nada e eu criava inúmeras galinhas, não me

faltava, mas dinheiro na minha mão eu nunca vi. (Eleotério, 2013).

Nos depoimentos, percebemos que, em alguns casos, quando havia adaptação, esta situação tornava-se prazerosa pelo carinho dos anfitriões e pela disputa travada pelos alunos para terem o professor em sua casa, evidenciando o quanto aquela professora era importante nas comunidades rurais. No tocante ao trajeto e ao transporte, as entrevistadas relataram que para chegarem à escola tinham que percorrer a pé ou a cavalo longas distâncias; havia também aquelas que residiam temporariamente na casa de alunos ou na casa reservada ao professor. Quando a escola dispunha desta acomodação, ora estava localizada no mesmo prédio escolar, ora em uma casa próxima, o que evitava o desgaste da extensa caminhada até o trabalho. A professora Maria Odete Vieira dos Santos citou esse aspecto: “Eu morava dentro da escola. Tinha um salão de morar e outro de ensinar. Quando eu vinha em casa, eu voltava de cavalo, porque não tinha carro pra lá. Eu levei duas companhias, duas irmãs.” (Santos, 2013). A professora Laudicéia Rodrigues Cerqueira descreveu sua caminhada até chegar à escola rural Lagoa de Dentro, município de Arauá, localizado no Sul sergipano:

... quando eu fui para escola rural do povoado Lagoa de Dentro eu saía doze e meia para uma hora eu está lá. A aula começava uma hora, às vezes saía antes de doze. Depois eu fiquei grávida caminhando aqui grávida. Depois o prefeito me mandou que eu ficasse aqui na cidade mesmo, compadre da gente – ‘Comadre não vai mais para aquela caminhada. Ela vai ficar aqui no grupo da cidade.’ (Cerqueira, 2011).

A professora Maria José de Carvalho Eleotério também contou sobre sua extenuante caminhada até chegar à escola rural Sapé, município de Itaporanga D’Ajuda, território da Grande Aracaju:

... eu me mudei para a Escola Rural Rita Cacete com meus filhos e o marido. Depois fui para o Grupo Escolar Felisbelo Freire. É um grupo daqui. Aí eu pedi transferência. No Sapé [povoado da escola rural] eu pedi transferência, porque ficava distante daqui da minha casa. Você sabe se a pessoa quer o melhor tem que ir procurar. Eu trabalhava, não ganhava. Minha mãe pobre, como era que eu ia viver a vida toda sem ver um tostão na minha mão? Dois anos sem receber. Todo mês eu ia para São Cristóvão e lá chegava e dizia: ‘Não tenho!’ Aí, voltava de pé. Ia de pé e voltava de pé, não tinha dinheiro para pegar o suburbano. (Eleotério, 2013).

A falta de transporte aliada às condições de formação pedagógica, trabalho e condições salariais formam um conjunto de características que também configuram a escola primária rural em Sergipe. O fazer-se professor rural não está dissociado, portanto, das condições sociais,

materiais, intelectuais e do tempo e lugar, uma vez que os professores são possuidores de histórias, individualidades, experiências, nomes, identidades. Assim, não é possível falar em um professor rural genérico, é preciso compreender a história de vida de mulheres como a Maria, a Odete, a Josefa, a Raimunda, entre tantas outras esquecidas na história.

Considerações finais

Com efeito, acreditamos que a entrada na história de vida das professoras aposentadas, tendo em vista o trabalho, a escola e a trajetória no magistério pelos interstícios abertos através das narrativas, proporcionou um encontro do leitor com diversas mulheres e cotidianos. Desse modo, é pelas peculiaridades encontradas na história de vida das professoras que destacamos as diferenças regionais, as particularidades do estado, evitando, assim, o uso da palavra *Brasil* para nos referir a um todo homogêneo.

Queremos deixar aqui nossas percepções. Dentre as primeiras, visualizamos a feminização do magistério primário rural como um fenômeno presente no Brasil, pois é recorrente em quase todo o território nacional, devido aos baixos salários pagos a um professor do ensino primário. Também podemos apreender um

quadro social sergipano marcado pelo descaso do Poder Público em relação ao “homem pobre rural”, com instrumentos ultrapassados no trabalho agrícola e condições impróprias de salubridade das moradias. Com isso, se aglutinaram outros problemas sociais, a exemplo, o êxodo rural, a escassez de recursos médicos, sanitários e higiênicos, a carência de rodovias e estradas, entre outras expressões da precariedade econômica, política e social.

As experiências das professoras nos deixam ver marcas do abandono, isolamento e esquecimento pelos Poderes Públicos. Uma vez que as iniciativas do Estado se traduziam em ações que não atenderam ao conjunto de necessidades do meio rural, pois, pelas narrativas, podemos conjecturar que, no início do século XX, houve abandono dessas populações rurais, que permaneceram desassistidas, afastadas das melhorias educacionais, uma vez que os investimentos públicos concentraram-se no modelo de urbanização que emergia no país, naquele período. Contudo, as escolas rurais desempenharam, neste aspecto, em que pese à precariedade de suas instalações e da formação de seus professores, importante papel na institucionalização do ensino primário em Sergipe.

Referências

- Alberti, V. (2012). De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. *História Oral*, 15(2), 159-166.
- Almeida, D. B. (2001). *Vozes esquecidas em horizontes rurais: histórias de professores*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Barreto, L. A. (2009, 25 de agosto). *Volta Seca, o Cangaceiro (sergipano) de Lampeão, 2009*. [Web log post]. Recuperado de http://www.infonet.com.br/luisantoniobarrero/ler.asp?id=83094&titulo=Luis_Antonio_Barreto
- Berger, M. A. (2011). O ensino rural e a atuação do intelectual Acrísio Cruz. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, 36(1), 165-173. DOI: <http://dx.doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2011.v20.n36.p%25p>
- Bosi, E. (1995). *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 4. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Camelo, J. V. F. (1992). *Lampeão, o sertão e a sua gente*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Freitas, A. G. B. (2003) *Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)*. São Cristóvão: Grupo de Estudos em História da Educação/NPGE.
- Lima, S. C. F., & Assis, D. A. (2013). Poetas de seus negócios: professoras leigas das escolas rurais (Uberlândia-MG, 1950 a 1979). *Cadernos de História da Educação*, 12(1), 313-332.
- Lobato, M. (2007). *Urupês*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Globo.
- Mendonça, J. A. N. (1958). *A educação em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina Ltda.
- Moraes, A. I. D. (2014). *Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.
- Peixoto, A. M. C., & Andrade, T. (2007). A utopia que brota do campo: a Educação Rural em Minas Gerais (1949-1971). In Werle, F. O. C. (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor* (pp. 99-129). Ijuí,RS: Unijuí.
- Pinho, A. S. T., & Souza, E. C. (2010). O tempo nas classes multisseriadas do meio rural: identidades e subjetivação na construção do tempo escolar. In *Anais do 8º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação* (pp.1-14). São Luís, MA.
- Rezende, C. V. (2014). *Educação no sertão: memórias e experiências das professoras no alto sertão sergipano (1950-1970)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Tiradentes, Aracaju.
- Rodrigues, J. R. T. (1999). *Educação além do asfalto: um estudo sobre as concepções e práticas do professor leigo rural*. Teresina, PI: EDUFPI.
- Schelbauer, A. R. (2014). Da roça para a escola: Institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). *História da Educação - RHE*, 43(1), 71-91.
- Schelbauer, A. R., & Gonçalves Neto, W. (2013). Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre

as décadas de 30 e 50 do século XX. *Cadernos de História da Educação*, 12(1), 83-107.

Souza, R. F., & Ávila, V. P. S. (2014a). As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931 – 1947). *História da Educação - RHE*, 43(1), 9-28.

Souza, R. F., & Ávila, V. P. S. (2014b). Representações, práticas de escolarização da infância na zona rural. *História da Educação - RHE*, 43(1), 9-11.

Souza, R. F. (1998). *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo, SP: Fundação Editora da Unesp.

Ximenes-Rocha, S. H., & Colares, M. L. I. S. (2013). A organização do espaço e do tempo escolar em classes multisseriadas. Na contramão da legislação. *Revista HISTEDBR On-line*, 13(1), 90-98. Recuperado de <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640296/7855>.

Zarth, P. A. (2007). Entre a tradição e a inovação: as primeiras instituições de ensino e tecnologia para o campo no Rio Grande do Sul. In Werle, F. O. C. (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor* (pp. 131-144). Ijuí, RS: Unijuí.

Fontes Documentais

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1936, pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho em 1936. Aracajú: Imprensa Oficial.

Relatório do Curso de Formação de Professores Rurais. (1950).

Fontes Orais

Andrade, E. R. B. (2013). *Relato oral sobre sua história de vida*. São Cristóvão, 22 fev.

Aragão, M. L. S. (2012). *Relato oral sobre sua história de vida*. Gararu, 19 jul.

Barreto, M. L. (2013). *Relato oral sobre sua história de vida*. Nossa Senhora de Aparecida, 17 abr.

Bispo, A. A. (2012). *Relato oral sobre sua história de vida*. Umbaúba, 17 ago.

Cerqueira, L. R. (2011). *Relato oral sobre sua história de vida*. Arauá, 7 jun.

Eleotério, M. J. C. (2013). *Relato oral sobre sua história de vida*. Itaporanga D'Ajuda, 14 jan.

Fontes, J. A. (2015). *Relato oral sobre sua história de vida*. Santa Luzia Itanhy, 15 out.

Freitas, M. J. S. (2012). *Relato oral sobre sua história de vida*. Telha, 27 ago.

Jesus, R. M. (2011). *Relato oral sobre sua história de vida*. Tobias Barreto, 12 mai.

Meneses, M. A. (2013). *Relato oral sobre sua história de vida*. Ribeirópolis, 2 abr.

Menezes, M. D. (2012). *Relato oral sobre sua história de vida*. Nossa Senhora da Glória, 5 jul.

Reis, E. S. (2011). *Relato oral sobre sua história de vida*. Indiaroba, 21 jul.

Santos, H. G. S. (2013). *Relato oral sobre sua história de vida*. Nossa Senhora da Glória, 26 abr.

Santos, O. V. (2013). *Relato oral sobre sua história de vida*. Aquidabã, 10 maio.

Santos, R. A. (2012). *Relato oral sobre sua história de vida*. Poço Verde, 30 nov.

Santos, R. V. (2013). *Relato oral sobre sua história de vida*. Macambira, 10 abr.

Silva, M. L. B. (2011). *Relato oral sobre sua história de vida*. Poço Redondo, 19 jun.

Silveira, M. L. (2012). *Relato oral sobre sua história de vida*. Umbaúba, 9 ago.

Teles, J. S. S. (2013). *Relato oral sobre sua história de vida*. Rosário do Catete. 24 abr.

ⁱ Entrevistas cedidas pelas professoras, a partir da Carta de Cessão de Direitos, dispondo sobre os direitos e deveres do entrevistado, bem como o esclarecimento sobre uso das entrevistas para fins de pesquisa acadêmica. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo e devidamente transcritas em Microsoft Word 2010, sua duração somando, aproximadamente, 32 horas. Encontram-se armazenadas no acervo digital que constituirá o *Centro de Memória da Educação Sergipana*, somadas a outras 129 entrevistas audiovisuais decorrentes dos demais subprojetos.

ⁱⁱ Termo usado por Moraes (2014), ao analisar as ausências, exclusões e diferenciações que caracterizaram o ensino primário rural em São Paulo (1933-1968).

ⁱⁱⁱ Pequena área de terra cultivável.

^{iv} Antonio Alves de Souza, nascido em Saco Torto, povoado de Itabaiana, estado de Sergipe. Tornou-se um dos mais conhecidos e destacados cangaceiros do bando de Lampião. Volta Seca, como era chamado, compôs, entre os anos de 1950 e 1957, diversas músicas que estão ligadas ao ciclo dos cangaceiros, como *Se eu soubesse*, *Sabino e Lampião*, *Mulher rendeira*, *Acorda Maria Bonita* e outras. A esse respeito, ver Barreto (2009).

^v No início do século XX, esta imagem seria cristalizada no conhecido personagem de Monteiro Lobato, o Jeca Tatu. No artigo *Velha praga*, escrito para o Jornal Estado de São Paulo, em 1914, e mais tarde publicado no livro *Urupês*, Lobato acusa o caboclo de parasita, de destruidor, de piolho da

terra. Jeca é representado na literatura infanto-juvenil como um caipira desolado no arcaico meio rural brasileiro. Isso porque ele é a imagem do ser à mercê de enfermidades típicas dos países atrasados, da miséria e do atraso econômico. Ver Zarth (2007).

^{vi} Cultivo de arroz.

^{vii} As ideias de Monteiro Lobato traziam a discussão sobre a necessidade de imprimir no brasileiro roto, imundo, desnutrido, grotesco, um senso de pertença à sua pátria e civilidade. Segundo ele: “O mobiliário cerebral de Jeca, à parte o suculento recheio de superstições, vale o do casebre. O banquinho de três pés, as cuias, o gancho de toucinho, as gamelas, tudo se reedita dentro de seus miolos sob a forma de idéias.” (Lobato, 2007, p. 174). A partir do final da década de 1950, o caipira pôde ser representado em ficção. A partir desse momento, uma releitura de Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato, passou a ser mostrada no cinema brasileiro, principalmente pelos filmes de Mazzaropi. A esse respeito, ver Moraes (2014).

^{viii} Construção típica de casas populares no Nordeste brasileiro, consiste em paredes feitas de barro sustentadas por paus entrelaçados.

^{ix} Identificado na legenda da fotografia original.

^x Então Diretor da Instrução Pública do Estado de Sergipe.

^{xi} O carro de boi, transporte típico do Nordeste, constitui-se de uma estrutura puxada por uma junta de quatro ou seis bovinos e dirigido por um carreiro. Os animais são espicados por um chamador, geralmente uma criança, que, à frente do carro, chama os bois pelos seus nomes. O carro de boi transportava as safras para os paióis das fazendas ou para os armazéns de compra, e as matérias-primas para o local das indústrias.

^{xii} De acordo com Camelo (1992), Sergipe recebeu inúmeras visitas de Lampião e seu bando, principalmente na década de 1930. Lampião foi acusado de ter cometido as maiores atrocidades de sua vida no cangaço em Sergipe. Ainda de acordo com o autor, Lampião foi recebido com festas nas cidades sergipanas de Aquidabã e Capela, em 1929. Lampião faleceu em Sergipe, em 1938, próximo ao município de Piranhas, estado de Alagoas, mais precisamente na gruta de Angicos.

^{xiii} A Lei de 5 de março de 1835 instituiu concurso público para o magistério. Ver Mendonça (1958).

^{xiv} As classes mutisseriadas caracterizam-se por reunir em um mesmo espaço físico diferentes séries que são gerenciadas por um mesmo professor. São, na maioria das vezes, única opção de acesso de moradores de comunidades rurais ao sistema escolar. As classes multisseriadas funcionam em escolas construídas pelo Poder Público ou pelas próprias comunidades, ou ainda em igrejas, barracões comunitários, sedes de clubes, casas dos professores, entre outros espaços menos adequados para um efetivo processo de ensino-aprendizagem. Ver Ximenes-Rocha e Colares (2013); Pinho e Souza (2010).

^{xv} No estado de Sergipe, a formação de professores para o Ensino Primário, durante muito tempo, ficou sob a responsabilidade da Escola Normal Rui Barbosa, situada em Aracaju, capital do estado. Esta instituição estadual foi fundada em 1870, tendo uma existência provisória. A instituição só ganhou identidade e regularidade de funcionamento a partir de 1911, quando o Governo Rodrigues Dória criou o prédio na Praça Olímpio Campos, onde o curso permaneceu até 1957, ocasião em que foi transferido para outro prédio, localizado na Rua Laranjeiras, bairro periférico de Aracaju. Outras instituições passam a ofertar o curso normal, mantidos por ordens religiosas que vão surgindo em Aracaju (1925) e municípios interioranos (Propriá, Estância), atendendo, sobretudo, a moças da elite e da classe média. Ver Freitas (2003).

^{xvi} “Lei de acessos”: normatização do ingresso do professor primário no exercício do magistério público estadual em Sergipe. De acordo com essa lei, deveriam iniciar a carreira no interior e passar por promoções sucessivas até a transferência para a Capital. Ver Freitas (2003).

^{xvii} A literatura machadiana traz a figura do “Quincas” como o marido da professora que vive desocupado, sem profissão.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 08/05/2018

Aprovado em: 19/06/2018

Publicado em: 23/12/2018

Received on May 8th, 2018

Accepted on June 19th, 2018

Published on December 23th, 2018

Contribuições no artigo: O autor Rony Rei do Nascimento Silva foi responsável pela elaboração, análise e interpretação dos dados; A autora Ilka Miglio de Mesquita foi responsável pela escrita e revisão do conteúdo do manuscrito. Os autores também foram responsáveis pela aprovação da versão final a ser publicada.

Author Contributions: The author Rony Rei do Nascimento Silva was responsible for the elaboration, analysis and interpretation of the data; The author Ilka Miglio de Mesquita was responsible for writing and reviewing the contents of the manuscript. The authors were also responsible for approving the final version published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Rony Rei do Nascimento Silva



<http://orcid.org/0000-0003-2195-9459>

Ilka Miglio de Mesquita



<http://orcid.org/0000-0002-5071-2415>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Silva, R. R. N., & Mesquita, I. M. (2018). Mulheres com enxadas e lápis na mão: histórias de professoras primárias no meio rural sergipano (1930-1950). *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 3(4), 1345-1371. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2525-4863.2018v3n4p1345>

ABNT

SILVA, R. R. N.; MESQUITA, I. M. Mulheres com enxadas e lápis na mão: histórias de professoras primárias no meio rural sergipano (1930-1950). *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, set./dez., p. 1345-1371, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2525-4863.2018v3n4p1345>